

SAG > Pesquisa

| | |
|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| critério de pesquisa | data de início da greve é maior ou igual 01/01/2000 E data de início da greve é menor 01/01/2021 E categoria profissional não contém civis E categoria profissional é igual policiais militares estaduais E categoria profissional não contém federais |
| ordenado por | 1. data de início da greve (A) 2. sem ordenação 3. sem ordenação 4. sem ordenação |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /MT | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sindicato | data-base | não informado |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 13 | período da greve | 7/7/2000 a 26/7/2000 |
| número de grevistas | 4200 | | |
| horas paradas | 104 | trab. X horas paradas | 436800 |
| motivo/caráter | piso salarial/sem informação, sem informação/propositivo | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Reivindicam elevação do piso para R\$ 1.000,00. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 07/07, os policiais iniciaram uma paralisação de 30 horas. Durante a semana que seguiu a paralisação a categoria estabeleceu a operação tartaruga, até decretar a greve. A proposta do governo prev ia um aumento de cerca de 30% à categoria. Em 26/07, a greve continuava. | | |
| observações | | | |
| fonte | A Gazeta: 08, 15, 16, 20 e 24/07; Diário do Povo, 27/07; Correio da Bahia, 27/07 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /SE | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sindicato | data-base | não |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 16/8/2000 a 16/8/2000 |
| número de grevistas | 5100 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 40800 |
| motivo/caráter | sem informação/propositivo, contratação/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/sem informação, reajuste salarial/sem informação, condições de trabalho/sem informação | | |
| encaminhamentos | sem informação - sem informação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Reivindicavam a equiparação do soldo, que era de R\$ 79,00, ao salário mínimo. Além disso, queriam o aumento do efetivo e a aquisição de armamentos e munições. | | |
| encaminhamentos/resultados | A decisão pela greve ocorreu após três meses de tentativas de negociação. O governo sustentava que a equiparação do soldo ao salário mínimo era vedada por lei. Em 16/08, não havia solução para o impas se. | | |
| observações | | | |
| fonte | Jornal do Comércio, 17/08 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /PE | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 10 | período da greve | 19/10/2000 a 30/10/2000 |
| número de grevistas | 18240 | | |
| horas paradas | 80 | trab. X horas paradas | 1440960 |
| motivo/caráter | sem informação/propositivo, turno/escala de revezamento/sem informação, reajuste salarial/sem informação, folga/sem informação | | |
| encaminhamentos | reação - repressão policial, reação - punição de grevistas, reação - demissão de grevistas, resolução - negociação, manifestação - passeata, reação - ameaça de demissão | | |
| resultados | processo - punição de grevistas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, justiça - greve ilegal, processo - readmissão de grevistas | | |
| causa | Reivindicavam a elevação do soldo de R\$ 74 para R\$ 151 - o equivalente ao salário mínimo -, aumento da folga de 48 para 72 horas no caso de jornadas de trabalho de 24 horas ininterruptas. | | |
| encaminhamentos/resultados | Com o reajuste, os vencimentos de um policial em início de carreira passariam de R\$ 600 para R\$ 900. No dia 19/10 os policiais militares e o corpo de bombeiros do estado de Pernambuco decidiram iniciar uma greve por tempo indeterminado. Após uma assembléia cerca de 5 mil cabos e soldados que dela participaram, saíram em passeata pelas ruas do Recife e posteriormente uma parte dos manifestantes decidiu acampar em frente ao palácio do governo. Em 20/10 a Justiça Estadual decretou a ilegalidade da greve. No segundo dia do movimento, a Associação de Cabos e Soldados declarou que cerca de 90% dos 19 mil policiais aderiram à greve. O governo federal autorizou a utilização do Exército para fazer a segurança do estado. Na mesma data, a Justiça determinou o retorno imediato dos grevistas ao trabalho. O descumprimento da decisão implicaria pena de multa de R\$ 370 mil por dia à associação da categoria. Ainda assim, a greve prosseguiu. Em 24/10, o governo anunciou a demissão de cem policiais. Também foi determinada a retirada da jornada extra e o corte do ponto dos grevistas. Quatro policiais e um civil ficaram feridos em tiroteios, enquanto 24 soldados foram presos. Nessa data, a associação da categoria estimou que 96% dos policiais haviam aderido ao movimento. No dia seguinte, o governo publicou no Diário Oficial uma lista de nomes de policiais que seriam supostamente demitidos e abriu 1.150 vagas para suprir temporariamente as funções dos grevistas. Em 27/10, a Justiça decretou a ilegalidade da greve. Em 30/10, os policiais suspenderam a paralisação depois de aceitarem acordo que estabelecia uma elevação do soldo básico para R\$ 130 a partir de 1º de janeiro. Com isso, a remuneração total passaria de R\$ 600 para R\$ 750. Além disso, o governo propôs alterar as portarias que previam a demissão de cerca de 400 funcionários para portarias de investigação: cada caso seria analisado individualmente. Após o término do movimento, os policiais reivindicavam a liberação dos 24 policiais detidos durante os tiroteios do dia 24 e também contra as retaliações sofridas por um grande número de oficiais envolvidos no comando da paralisação. Um dos líderes do movimento denunciou à Comissão de Direitos Humanos que sofrera uma tentativa de seqüestro por seis homens do Serviço Especial de Inteligência (SEI). | | |
| observações | | | |
| fonte | Diário Popular; Folha de São Paulo; Estado de São Paulo; Hoje em Dia; A Crítica; Agora São Paulo | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /DF | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sindicato | data-base | não |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 22 | período da greve | 15/3/2001 a 5/4/2001 |
| número de grevistas | 6000 | | |
| horas paradas | 170 | trab. X horas paradas | 1020000 |
| motivo/caráter | procedimento em greves/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, legislação/protesto, reajuste salarial/sem informação, invalidez/seguro de vida/sem informação, sem informação/propositivo, turno/escala de revezamento/sem informação, alimentação/sem informação, sem informação/protesto | | |
| encaminhamentos | reação - punição de grevistas, manifestação - passeata | | |
| resultados | pauta - abertura/prosseguimento das negociações, pauta - reivindicações rejeitadas | | |
| causa | Reivindicavam aumento salarial de 28,23% - mesmo índice concedido às Forças Armadas. Além disso, queriam anistia para os 240 militares afastados do serviço por terem participado da greve de setembro de 2000; retorno das antigas escalas de serviço (doze horas trabalhadas por sessenta horas de descanso - ou 24 horas por 72); seguro de vida de R\$ 50.000 (com gratificação de seguro de vida de R\$ 250,00 mensais); auxílio-alimentação de | | |

| | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | R\$ 101,00; e aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei de vencimentos, que fixava em R\$ 2.532,00 o salário básico da PM e do Corpo de Bombeiros. |
| encaminhamentos/resultados | Os policiais vinham realizando operação-padrão - tumulto nos sistemas de comunicação e vista grossa às chamadas da população - desde 22/02. Em 16/03, policiais militares e bombeiros fizeram uma pass eata pela Esplanada dos Ministérios. Os 350 manifestantes fecharam as seis pistas do Eixo Monumental. Em 18/03 e 19/03, dois líderes da greve sofreram prisão preventiva solicitada pelo Ministério Públ ico Militar. Em 20/03, um carro de som cedido aos grevistas pelo Sindicato dos Rodoviários foi apreendido pelo Batalhão de Policiamento de Trânsito. Em 26/03, diante da falta de diálogo com o governo, a comissão de negociação recorreu à Organização Internacional do Trabalho (OIT) para denunciar o caso. Em 05/04, o procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal se dispôs a intermediar a negociação com os governos local e federal, pedindo relaxamento da prisão dos líderes da greve. |
| observações | |
| fonte | Correio Braziliense: 16-21, 23, 27 e 30/03, 06/04; Jornal de Brasília: 19, 21, 22/03 |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /SE | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sindicato | data-base | não |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 8 | período da greve | 27/4/2001 a 4/5/2001 |
| número de grevistas | 5000 | | |
| horas paradas | 64 | trab. X horas paradas | 320000 |
| motivo/caráter | chefia/assédio moral/sem informação, reajuste salarial/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, sem informação/propositivo, política salarial/sem informação | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação, resolução - formação de comissão | | |
| resultados | pauta - abertura/prosseguimento das negociações | | |
| causa | Reivindicavam melhores salários e o afastamento de um comandante-geral da corporação. | | |
| encaminhamentos/resultados | Após oito dias de aquartelamento, os policiais decidiram retornar ao trabalho. Em acordo firmado entre as partes, estabeleceu-se que seria criada uma comissão para elaborar um projeto de política sala rial para a categoria. | | |
| observações | | | |
| fonte | Agora São Paulo, 03/05; Diário Popular, 05/05 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /SE | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sindicato | data-base | não |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 9 | período da greve | 27/4/2001 a 5/5/2001 |
| número de grevistas | 4590 | | |
| horas paradas | 72 | trab. X horas paradas | 330480 |
| motivo/caráter | PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, chefia/assédio moral/sem informação, reajuste salarial/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, sem informação/propositivo, condições de trabalho/sem informação | | |
| encaminhamentos | reação - punição de grevistas, reação - repressão policial, resolução - decisão judicial | | |
| resultados | justiça - greve ilegal | | |
| causa | Reivindicavam melhores salários e condições de trabalho, envio à Assembléia Legislativa do projeto de lei de Adequação da Estrutura Funcional da Polícia Militar e exoneração do comandante-geral da PM, acusado de implantar um regime de excessiva austeridade na corporação. | | |
| encaminhamentos/resultados | Os líderes da greve estimavam que 90% da PM - que contava com um efetivo de 5.100 homens - aderiu ao movimento. Em 28/04, dez coordenadores da mobilização - incluindo oficiais - chegaram a ser presos. A Justiça decretara ilegalidade da greve e imediato retorno ao trabalho, e os líderes eram acusados de desobedecer a determinação. Uma liminar, porém, revogou a prisão. O governo afirmava que o plano de carreiras só seria encaminhado ao Legislativo com o encerramento da greve. Em 05/05, os policiais decidiram voltar ao trabalho. O comando de greve avisava, porém, que a paralisação seria retomada caso o governo não enviasse à Assembléia o | | |

| | |
|-------------|-------------------------------------------------------------------|
| | projeto de lei que contemplava a principal reivindicação dos PMs. |
| observações | |
| fonte | Agência Folha e Correio de Sergipe: 03/05; O Povo (CE): 06/05 |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | Paraná/RN | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sindicato | data-base | não |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 4 | período da greve | 15/5/2001 a 18/5/2001 |
| número de grevistas | 2850 | | |
| horas paradas | 32 | trab. X horas paradas | 80400 |
| motivo/caráter | sem informação/manutenção de condições vigentes, gratificações/sem informação | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação, manifestação - acampamento, manifestação - piquete, manifestação - concentração | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Reivindicavam o retorno de uma gratificação, equivalente a 38% do salário, cancelada pelo governo do estado havia seis anos. | | |
| encaminhamentos/resultados | A paralisação, a maior da história da PM no Paraná, contou com a adesão de 95% do efetivo. Na capital, os três quartéis foram fechados. Em 17/05, houve uma reunião entre secretários do governo, o comandante geral da PM e representantes da associação das esposas dos policiais. O governo propunha um reajuste de 2%, recusado pela categoria. Duas esposas de PMs foram presas após integrarem um grupo que, deitando-se em frente ao Centro de Suprimento e Manutenção da Polícia Militar, impedia o abastecimento das viaturas. Em 18/05, a Justiça determinou, a pedido da Procuradoria Geral do Estado, que os policiais voltassem imediatamente ao trabalho. A liminar estabelecia, como penalidade para o descumprimento da ordem, o pagamento de multa diária de R\$ 100 mil às quatro entidades que representavam os policiais. O governador anunciou que as negociações estavam encerradas e prometia punição aos policiais que desobedecessem a ordem de retornar aos quartéis. Nessa data, permaneciam parados 50% dos 3 mil policiais militares do estado, de acordo com a PM. | | |
| observações | | | |
| fonte | Tribuna do Paraná: 18-19/05 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | Tocantins/MG | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sindicato | data-base | não |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 11 | período da greve | 21/5/2001 a 31/5/2001 |
| número de grevistas | 4000 | | |
| horas paradas | 88 | trab. X horas paradas | 345600 |
| motivo/caráter | habitação/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, condições de trabalho/sem informação, reajuste salarial/sem informação, promoção/sem informação, sem informação/descumprimento de acordo, redução de jornada/sem informação, sem informação/propositivo | | |
| encaminhamentos | resolução - decisão judicial, reação - punição de grevistas, manifestação - ocupação | | |
| resultados | justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações rejeitadas | | |
| causa | Reivindicavam aumento salarial de 47%; reformulação do plano de cargos e salários; redução da jornada de trabalho de oitenta para quarenta horas semanais; melhores condições de trabalho; e financiamento da casa própria e acerto de promoções atrasadas. | | |
| encaminhamentos/resultados | O piso salarial bruto da categoria estava em R\$ 615,00. Os líderes do movimento diziam contar com adesão de 100% da corporação - cerca de 4.000 homens. Em 21/05, policiais, acompanhados de esposas e filhos, iniciaram uma ocupação do quartel do 1º Batalhão da PM, em Palmas. Os ocupantes desarmaram e tiraram as fardas de recrutas que se preparavam para assumir o policiamento da capital. Os policiais se recusaram a atender a uma convocação do Comando Geral da PM, que ameaçava abrir processo de deserção contra os grevistas que não se apresentassem ao trabalho em 25/05. A Justiça Estadual considera a paralisação ilegal. Em 27/05, mais de novecentos soldados e oficiais do Exército desembarcaram em Palmas para garantir a segurança em todo o estado. Cerca de 2.000 policiais armados dominavam todos os batalhões tocantinenses. Em 28/05, a liderança da greve informava que prosseguiriam parados 3.800 PMs. Em 29/05, uma liminar da Justiça Federal proibiu o Exército de | | |

| | |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | levar a cabo a ameaça de invadir o 1º Batalhão da PM, em Palmas. Treze policiais militares estavam com prisão preventiva decretada em razão da greve. Uma das condições impostas pelos manifestantes para voltar ao trabalho era a concessão de habeas corpus para os grevistas ameaçados. Em 30/05, a Justiça Federal negou o pedido. Em 31/05, às 15h, os soldados e praças amotinados no quartel do 1º BPM, que então sofriam cerco do Exército, encerraram a greve. Os treze líderes do movimento foram presos e conduzidos ao Tribunal de Justiça. No início da noite, o tribunal revogou a prisão dos policiais. O governador do estado rejeitou as reivindicações dos grevistas, reafirmando que eles seriam punidos de acordo com o previsto no Código de Disciplina da PM. |
| observações | |
| fonte | Agência Folha: 26/05-01/06; O Globo: 26 e 30/05, 01/06; Diário Popular: 27-29/05; JB: 29-30/05, 01/06 |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /ES | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | advertência |
| comando | comando de greve | data-base | não |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 23/12/2002 a 23/12/2002 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | atraso de salário/descumprimento de lei | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - reivindicações parcialmente atendidas | | |
| causa | Atraso no pagamento dos salários. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 23/12, os policiais militares ficaram aquartelados realizando uma paralisação de advertência. A greve começou às 7 horas e tinha duração prevista de 24 horas. O movimento, comandado por oficiais, teve adesão quase total nos municípios da região metropolitana. Somente a segurança dos presídios foi mantida. À tarde, o governo se comprometeu a pagar, de imediato, duas parcelas dos salários retidos em 1999. Os policiais prometiam parar novamente a partir do dia 27/12, caso o salário de novembro não fosse depositado até lá. Em 24/12, parte do efetivo da Polícia Militar voltou a fazer o policiamento ostensivo. | | |
| observações | | | |
| fonte | O Globo 24/12; Jornal da Tarde 25/12. | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /RN | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | comando de greve | data-base | sim |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 5 | período da greve | 25/10/2003 a 29/10/2003 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 40 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | estatuto/sem informação, reajuste salarial/sem informação, carteira de trabalho/sem informação, qualificação profissional/sem informação, sem informação/propositivo, periculosidade/sem informação | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação, manifestação - passeata, manifestação - concentração | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos dos Policiais Militares, no dia 22/09, foi entregue ao Governo do Estado, Secretaria de Defesa Social e Comando Geral da Polícia Militar documento contendo as principais reivindicações da categoria: reajuste salarial dividido em três parcelas, 31% em abril, 20% em outubro e 20% em abril de 2004; reforma do estatuto da Polícia Militar do ano de 1967, emissão da carteira funcional; e reativação do Centro de Formação de Praças, desativado em 1995. A categoria alegava que o Rio Grande do Norte era o estado que pagava o segundo pior salário (R\$ 620) a um policial militar em início de carreira, apenas no Maranhão o piso salarial era menor (R\$570). Outra crítica era que no Estado, os policiais civis recebiam R\$ 379 à título de risco de vida, os agentes penitenciários R\$ 200 e os PMs, apenas, R\$ 88. A categoria queria equiparar o valor do benefício ao recebido pelos policiais civis. | | |

| | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| encaminhamentos/resultados | Em 25/10, os policiais militares entraram em greve. Em 28/10, após uma rodada de negociação com o secretário de Defesa Social,a categoria decidiu pela continuidade do movimento e realizou uma passeata até a Assembléia Legislativa. No final da tarde, a governadora respaldou a proposta da Secretaria de Defesa Social: 31% de reajuste salarial em abril de 2004, R\$ 80 de vale-transporte e posterior negociação das demais reivindicações. Em 29/10, cerca de 400 policiais militares ocuparam parte da Avenida Presidente Bandeira, em frente à sede da Associação de Sub-Tenentes e Sargentos da PM. Segundo o comando do movimento, a categoria decidiu sair novamenteàs ruas a fim de reforçar a posição dos grevistas e sensibilizar a população para as reivindicações dos policiais. Nesta data a greve prosseguiu a. |
| observações | |
| fonte | Tribuna do Norte 26/10; O Poti 26/10; Diário de Natal 29 e 30/10. |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /PI | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sindicato | data-base | não informado |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 14/6/2004 a 14/6/2004 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | alimentação/sem informação, sem informação/propositivo, redução de jornada/sem informação, reajuste salarial/sem informação, abono salarial/sem informação | | |
| encaminhamentos | manifestação - concentração, resolução - decisão judicial | | |
| resultados | pauta - reivindicações rejeitadas, justiça - greve ilegal | | |
| causa | A categoria reivindicava abono de R\$ 130, reajuste salarial, vale-refeição e redução da jornada de trabalho. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 14/06, uma manifestação com cerca de 500 policiais militares, em Teresina, deflagrou a greve da categoria. No final da tarde, após a Justiça decretar a greve ilegal, os policiais militares resolver am suspender a paralisação. | | |
| observações | | | |
| fonte | Diário de Pernambuco, 15/06 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | Goiás/GO | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sindicato | data-base | não informado |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 4 | período da greve | 16/5/2005 a 19/5/2005 |
| número de grevistas | 2000 | | |
| horas paradas | 32 | trab. X horas paradas | 64000 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - reivindicações atendidas | | |
| causa | Reivindicavam reajuste salarial de 40% a 52%. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 16/05, de acordo com os líderes das entidades representativas da PM, cerca de 2 mil policiais mantiveram-se acuartelados no 1o. Batalhão da Polícia Militar em Goiânia. Houve reunião de negociações entre membros da cúpula da PM, o presidente da Agência Goiana de Administração (Aganp) e o secretário de Segurança Pública e Justiça. Em 20/05, os militares retornaram ao trabalho depois de aceitar um reajuste de 40%, parcelado em quatro vezes, proposto pela Aganp. | | |
| observações | | | |
| fonte | O Popular, 17/05 e 02/06 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /PB | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | comando de greve | data-base | não informado |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 8 | período da greve | 27/3/2006 a 3/4/2006 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 64 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | sem informação/descumprimento de acordo, reajuste salarial/sem informação, gratificações/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação | | |
| encaminhamentos | manifestação - vigília, manifestação - passeata, resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - não-punição de grevistas | | |
| causa | A categoria reivindicava a manutenção do escalonamento salarial da corporação. | | |
| encaminhamentos/resultados | A partir de 27/03, policiais militares iniciaram vigília na praça João Pessoa e fizeram uma série de passeatas nas ruas da capital. Em 03/04, representantes dos policiais se reuniram com o governador e chegaram a um acordo que encerrou a paralisação. O PMs conquistaram reajuste de 5% na gratificação e no soldo. A parcela da categoria alocada no Policiamento Ostensivo Geral teria direito a aumento de 5% a 30%, conforme a patente. Além disso, foi acordada uma anistia para os policiais que participaram da vigília na praça João Pessoa. | | |
| observações | | | |
| fonte | O Norte: 04/04 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /AL | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | advertência |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 2 | período da greve | 19/4/2007 a 20/4/2007 |
| número de grevistas | 500 | | |
| horas paradas | 16 | trab. X horas paradas | 8000 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/sem informação, sem informação/descumprimento de decisão judicial | | |
| encaminhamentos | reação - repressão policial, reação - punição de grevistas, manifestação - ocupação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | A categoria reivindicava o cumprimento da decisão judicial que concedia reajuste salarial de 88,54%. Em fevereiro/2007, sentença do juiz da Vara da Fazenda Pública Estadual reconheceu o direito dos cabos e soldados aos mesmos reajustes dos oficiais superiores. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 19/04, cabos, soldados e sargentos da Polícia Militar (PM) iniciaram movimento com duração prevista de 48 horas. Em 20/04, o comando da PM de Arapiraca determinou a prisão em flagrante de 40 policiais pelo aquartelamento na unidade. O comando da PM estimava que 500 policiais estavam aquartelados em todo o estado. O protesto prosseguia. | | |
| observações | | | |
| fonte | GAZETA DO POVO: 21/04 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|------------------------------------|-----------|---------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /PB | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sem informação | data-base | não informado |

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 8 | período da greve | 6/5/2008 a 13/5/2008 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 64 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/sem informação, condições de trabalho/sem informação, sem informação/propositivo | | |
| encaminhamentos | reação - ameaça de demissão | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Os policiais militares reivindicavam melhores condições de trabalho e a aprovação da lei que previa a regularização dos salários da categoria. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 06/05, os policiais militares entraram em greve. Em 07/05, o governador declarou que não concederia anistia aos policiais grevistas e não abriria mão de aplicar a lei para casos de desobediências, o que poderia resultar na demissão dos amotinados. Em 13/05, os policiais permaneciam em greve. | | |
| observações | | | |
| fonte | Globo.com: 06/05; O Norte (on line): 07/05; Paraíba.com.br: 13/05 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /RO | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sem informação | data-base | não |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 8 | período da greve | 7/7/2008 a 14/7/2008 |
| número de grevistas | 6000 | | |
| horas paradas | 64 | trab. X horas paradas | 384000 |
| motivo/caráter | sem informação/propositivo, reajuste salarial/sem informação | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação, manifestação - concentração | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Os policiais militares e bombeiros reivindicavam reajustes salariais. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 07/07, cerca de 6 mil policiais militares e bombeiros deflagraram greve por tempo indeterminado em Rondônia. Em 14/07, policiais de quatro quartéis da capital e em batalhões de seis municípios do interior estavam de braços cruzados. De manhã, as mães, esposas e familiares dos grevistas bloquearam o acesso aos pátios das empresas de ônibus e impediram a circulação de coletivos por cerca de cinco horas. No início da tarde, manifestantes interditaram a BR-364, única ligação de Rondônia com o resto do país. No fim da tarde, o tráfego da BR-364 já estava liberado e o governador recebeu uma comissão de esposas dos grevistas para tentar pôr fim à paralisação. A greve prosseguia. | | |
| observações | | | |
| fonte | O Globo (on line): 14/07 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /SC | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não |
| alvo/esfera | sem informação/estadual | | |
| duração | 6 | período da greve | 22/12/2008 a 27/12/2008 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 48 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | sem informação/descumprimento de lei, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, reajuste salarial/sem informação | | |
| encaminhamentos | resolução - decisão judicial | | |
| resultados | justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações | | |

| | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| causa | A categoria reivindicava o cumprimento da Lei Complementar 254, sancionada em 2003, que reduzia diferenças salariais entre soldados da Polícia Militar e bombeiros militares. Além disso pleiteava a efetivação do plano de carreira, aprovado em 2006. |
| encaminhamentos/resultados | Em 22/12, os policiais militares deflagraram greve. Segundo a Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc), o movimento parou 19 unidades militares, entre batalhões, guarnições especiais, pelotões e destacamentos. Em 26/12, o governador disse que não negociaria com a faca no peito e solicitou ao Ministério da Justiça o envio da Força Nacional de Segurança. Em 27/12, a Justiça, que havia considerado a greve ilegal e estipulado multa diária de R\$ 30 mil à Aprasc, aumentou o valor da multa para R\$ 90 mil por dia. Nesse dia, a categoria suspendeu a paralisação até 07/01/2009, data marcada pelo governo para o início das negociações. |
| observações | |
| fonte | JB Online: 25, 28/12; DCI (on line): 26/12; Rádio Criciúma (on line): 26/12; Redação Terra (on line): 26/12; UAI (on line): 27/12 |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | Boa Vista/RR | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sem informação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 2 | período da greve | 30/3/2009 a 31/3/2009 |
| número de grevistas | 200 | | |
| horas paradas | 16 | trab. X horas paradas | 3200 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo, não-punição de grevistas/manutenção de condições vigentes | | |
| encaminhamentos | manifestação - piquete | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Os policiais militares de Boa Vista/RR reivindicavam reajuste salarial de 33%. | | |
| encaminhamentos/resultados | O governo estadual oferecia reajuste salarial de 14,5%, a ser pago em duas parcelas. Em 30/03, pelo menos 25% do efetivo de 800 policiais militares de Boa Vista/RR permaneceram aquartelados, sem fardas, nas sedes do Comando de Policiamento da Capital (CPC) e do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), aguardando posicionamento do governo. Além de cruzarem os braços, os policiais impediram a saída dos carros policiais de um dos dois batalhões da cidade. Segundo a Polícia Militar (PM), apenas quatro dos oito carros do policiamento ostensivo da capital estavam circulando normalmente. A Secretaria de Segurança Pública do Estado determinou que policiais civis fizessem policiamento ostensivo em determinadas regiões, principalmente na porta de bancos. Para cobrir os grevistas, o comando da PM convocou 140 policiais recém-formados, graduados dia 27/02. Em 02/04, o governo estadual pediu ajuda da Força Nacional de Segurança. A categoria já aceitava o reajuste de 14,5%, desde que pago em parcela única. Além disso, pediam anistia da punição. Em 03/04, a greve prosseguia. | | |
| observações | | | |
| fonte | Folha Online: 31/03 e 03/04; G1: 31/03 e 02/04. | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /PB | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 3 | período da greve | 28/2/2011 a 2/3/2011 |
| número de grevistas | 15000 | | |
| horas paradas | 24 | trab. X horas paradas | 360000 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo | | |
| encaminhamentos | normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial, resolução - negociação | | |
| resultados | justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações rejeitadas | | |
| causa | Servidores reivindicam reajuste salarial de acordo com a PEC 300, que iguala os salários dos militares estaduais de todo o Brasil. | | |

| | | | |
|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|
| encaminhamentos/resultados | Em 28/02, policiais militares e bombeiros deflagram a greve. Em 01/03, o Estado entra com uma ação na justiça pedindo a ilegalidade da greve e negocia com o Ministro da Justiça o envio de tropas da Força Nacional de Segurança para atender às necessidades emergenciais. No mesmo dia representantes da polícias e secretários do Governo - de Comunicação, de Administração e das Finanças - reúnem-se no Centro Administrativo Estadual. Na proposta dos policiais o prazo para o pagamento do reajuste foi flexibilizado e também foi atendido o pedido do governo estadual de criar uma comissão para tratar do assunto. Dia 02/03, o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB) decreta a ilegalidade da greve e exige o retorno imediato ao trabalho, sob pena, em caso de descumprimento da liminar, de multa diária no valor de R\$ 30 mil. Com a decisão os policiais militares encerram a greve. | | |
| observações | | | |
| fonte | R7 (on line: noticias.r7.com): 02/03/2011; Paraíba (on line: www.paraiba.com.br): 03/03/2011); PB Agora (on line: www.pbagora.com.br): 01 e 02/03/2011, G1 (on line: g1.globo.com): 01.03.2011; PB acontece (on line: www.pbacontece.com.br): 03.03.2011; ; Folha de Pernambuco: 02 e 03.03.2011; Jornal do Comércio: 02.03.2011; Correio da Paraíba: 03.03.2011. | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /RO | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 3 | período da greve | 18/4/2011 a 20/4/2011 |
| número de grevistas | 1000 | | |
| horas paradas | 24 | trab. X horas paradas | 24000 |
| motivo/caráter | uniforme/propositivo, reajuste salarial/propositivo, alimentação/propositivo, piso salarial/propositivo, assistência médica/propositivo, horas extras/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, gratificação por função especial/propositivo, outros - adicionais e gratificações/propositivo, transporte/propositivo, noturno/propositivo, promoção/propositivo, chefia/assédio moral/descumprimento de lei, legislação/protesto, EPI - Equipamento de Proteção Individual/propositivo | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - abertura/prosseguimento das negociações, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - não-punição de grevistas | | |
| causa | Os agentes reivindicam reajuste salarial, reajuste do salário inicial de R\$ 1,7 mil para R\$ 3,2 mil, reajuste das horas extras, Plano de Cargos e Carreira, aumento no vale alimentação, no auxílio saúde e na verba destinada a manter o fardamento, gratificação ao policial que possui nível superior, gratificação para motorista de viatura, direito a equipamentos individualizados (colete, armamento e munição) para o policial que trabalha no serviço operacional, extensão dos valores de auxílio transporte e adicional noturno, alteração da lei de promoções, promoções de policiais antigos com direito adquirido e a retirada de três oficiais – entre eles o comandante geral da Polícia Militar de Rondônia – conforme já está estabelecido em lei. | | |
| encaminhamentos/resultados | No fim da tarde de 18/04, após considerarem insatisfatórios os resultados da reunião com o governador do Estado, os policiais militares deflagram a greve. Estão trancados e cercados por policiais manifestantes o 1º e o 5º Batalhão da Polícia Militar (BPM). Também foram tomados os quartéis da Guarda de Trânsito e o do município de Ariquemes. Em nota, o governo afirma que o atendimento às reivindicações depende da capacidade econômica do Estado, mas que a reivindicação de reajuste salarial será analisada pelas secretarias de Finanças e Planejamento. Em 19/04, a Associação dos Familiares de Praças da Polícia Militar (ASSFAPOM) e o secretário de Finanças reúnem-se em negociação. O governador sinaliza que 10 dos 18 itens reivindicatórios podem ser atendidos. Os policiais, no entanto, incluem novas reivindicações na pauta: alteração da lei de promoções, promoções de policiais antigos com direito adquirido e a retirada de três oficiais – entre eles o comandante geral da Polícia Militar de Rondônia – conforme já está estabelecido em lei. Durante a noite as partes chegam a um consenso e firmam um acordo. Em 20/04, agora com a garantia de que não haverá punições (para os policiais, condição para o retorno ao trabalho), a greve é encerrada. No fim da tarde, no 1º BPM todos os policiais retornam ao trabalho; no 5º BPM cerca de 40% estavam nas ruas – o restante aguardava o reparo dos veículos danificados durante a greve. As pautas atendidas são: a extinção da lei que determina aos militares proverem seus próprios alimentos em caso de prisão administrativa; o policial militar preso perde de imediato 35% do seu soldo; retirada da Lei 1063-2002, onde o Estado poderá descontar 70% do soldo do Policial no caso de empréstimo consignado em folha de pagamento (o percentual foi reduzido para 30%); reajuste da Hora Extra Remunerada para R\$ 10,00/hora; criação da Lei para pagamento de gratificação ao policial que possui Nível Superior; gratificação para motorista de viatura; direito a equipamentos individualizados (colete, armamento e munição) para o policial que trabalha no serviço operacional; revisão de valores dos auxílios alimentação, saúde e fardamento e extensão dos valores de auxílio transporte e adicional noturno; regulamentação da situação dos policiais militares que irão responder a ofício de justiça. | | |
| observações | Saúde Prevenção Saúde Doenças Saúde Psicossocial | | |
| fonte | G1 (on line: http://g1.globo.com) 18/04/2011; O observador (on line: http://www.oobservador.com) 20/04/2011. O Estadão 18/04/2011. | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|-------------------------------|--|--|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /RJ | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | comando de greve | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 7 | período da greve | 11/5/2011 a 17/5/2011 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 56 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes | | |
| encaminhamentos | manifestação - acampamento, manifestação - concentração, manifestação - passeata, reação - punição de grevistas, resolução - decisão judicial | | |
| resultados | pauta - abertura/prosseguimento das negociações | | |
| causa | Bombeiros reivindicam aumento do piso salarial de R\$950 para R\$ 2.000. Além de melhores condições de trabalho, quanto a falta de óculos escuros e protetor solar. | | |
| encaminhamentos/resultados | Dia 11/05, bombeiros salva-vidas deflagraram greve. No mesmo dia, um grupo acampou em frente à Assembleia Legislativa e permaneceu até dia 13/05, quando foi decretada a prisão preventiva dos líderes do movimento. Em 12/05, os grevistas realizaram passeata durante o dia e à noite. Em 13/05,houve protesto no aeroporto Antônio Jobim para tentar paralisar os profissionais da equipe de salvamento do local. Dia 17/05, os quatro bombeiros que estavam com mandados de prisão expedidos e eram considerados foragidos se entregaram no Quartel Central da corporação. Os bombeiros anunciaram o fim da greve, já que o governo se comprometeu a abrir a mesa de negociações com representantes da categoria dia 25/05. Em 20/05, o pedido de prisão preventiva foi revogado. | | |
| observações | Saúde Prevenção | | |
| fonte | Terra (on line: noticias.terra.com.br 20/05/2011); Jomal Extra 12/05/2011; G1 (on line: g1.globo.com 17/05/2011; Último segundo (on line: www.ultimossegundo.ig.com.br 14 e 17/05/2011); O Estado do Mato Grosso do Sul 14/05/2011; O Dia 17/05/2011. | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /AL | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | advertência |
| comando | sindicato | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 2 | período da greve | 11/5/2011 a 12/5/2011 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 16 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, estatuto/propositivo | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - abertura/prosseguimento das negociações | | |
| causa | Os agentes reivindicam o cumprimento de um plano de cargos e carreiras, que deve também resultar em aumento salarial. | | |
| encaminhamentos/resultados | Dia 11/05, militares e bombeiros iniciaram paralisação de 48 horas. No dia anterior, depois do anúncio da paralisação, em protesto na Assembleia Legislativa do Estado, uma bomba foi deflagrada. Em 12/05, durante audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa - e que contou com a participação de membros de entidades representativas dos policiais e bombeiros - ficou decidido o envio para a apreciação do governo do Estado de 12 reivindicações de uma pauta de readequação do Estatuto e implantação do Plano de Carreira e Salários formada por 22 itens. | | |
| observações | | | |
| fonte | O globo (on line: http://oglobo.globo.com 11/05/2011); Gazeta de Alagoas 03/06/2011; Abordagem policial (on line: http://abordagempolicial.com 10/05/2011); O Globo 12/05/2011. | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|------------------------------------|----------|---------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /AC | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| abrangência | categoria | tática | advertência |
| comando | comando de greve | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 13/5/2011 a 13/5/2011 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | piso salarial/propositivo | | |
| encaminhamentos | sem informação - sem informação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Servidores reivindicam piso salarial de R\$ 3.071,00. | | |
| encaminhamentos/resultados | Dia 13/05, policiais militares (praças e bombeiros), paralisaram suas atividades por 24h depois que o governo não quis receber a comissão formada pelos líderes do movimento. | | |
| observações | | | |
| fonte | Tudo Rondonia (on line: www.tudorondonia.com.br 14/05/2011). | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /RJ | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | comando de greve | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 10 | período da greve | 3/6/2011 a 12/6/2011 |
| número de grevistas | 2000 | | |
| horas paradas | 80 | trab. X horas paradas | 160000 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes | | |
| encaminhamentos | manifestação - ocupação, manifestação - passeata, manifestação - concentração, manifestação - acampamento, reação - repressão policial, reação - punição de grevistas, resolução - decisão judicial | | |
| resultados | pauta - reivindicações parcialmente atendidas | | |
| causa | Bombeiros reivindicam aumento do piso salarial de R\$950,00 para R\$ 2.000,00. Além de melhores condições de trabalho. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 02/06, cerca de 2000 bombeiros se concentraram em frente a Assembleia Legislativa (Alerj), com o intuito de retomarem a greve encerrada no mês anterior, já que o compromisso firmado pelo governo não foi concretizado. Em 03/06, os grevistas acompanhados por suas esposas e filhos, invadiram o quartel central da corporação. Em 04/06, o governador ordenou que o BOPE e a tropa de choque entrassem no local e dissolvessem a manifestação. Cerca de 439 militares foram presos. Dia 05/06, cerca de 1000 manifestantes fizeram passeata pela ponte Rio Niterói protestando contra a prisão dos grevistas. Parte deles acamparam em Frente a Alerj. Dia 08/06 foi criada a Frente Unificada das Entidades de Classe da Segurança Pública do Estado, no qual, policiais civis e militares anunciaram participar das manifestações organizadas pelos grevistas. Dia 09/06 o Governo do Estado anunciou a criação da Secretaria de Estado de Defesa Civil e enviou à Alerj uma mensagem antecipando de dezembro para julho os seis meses de reajustes salariais para bombeiros, policiais militares, policiais civis e agentes penitenciários. O reajuste será de 5,58%. Somados aos reajustes de janeiro a junho, as categorias passam a acumular 11,5 % de aumento salarial. Dia 10/06, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro concedeu Hábeas Corpus aos bombeiros. O pedido foi solicitado por deputados que apoiaram o movimento. No mesmo dia, houve manifestação no centro do Rio de Janeiro. Cerca de 10.000 pessoas fizeram passeata até a Alerj. Os professores da rede estadual que também estavam em greve se uniram aos bombeiros para protestar. Líderes do movimento solicitaram anistia criminal e administrativa aos que foram detidos antes de continuar as negociações com o governo. Dia 12/06, cerca de 30000 pessoas se concentraram na praia de Copacabana para apoiar a greve dos bombeiros. O movimento foi encerrado. | | |
| observações | | | |
| fonte | Luis Nassif (on line: www.advivo.com.br 06/06/2011); Correio brasileiro (on line: www.correiobrasileiro.com.br 08/06/2011); Band (on line: www.band.com.br 06/06/2011); Conjur (on line: www.conjur.com.br 10/06/2011); SRZD (on line: www.sidneyrezende.com 10/06/2011); G1 (on line: g1.globo.com 10/06/2011); PCO (on line: www.pco.org.br 13/06/2011). | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|------------------------------------|----------|---------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /PI | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sindicato | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 8 | período da greve | 10/8/2011 a 17/8/2011 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 64 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, alimentação/propositivo, distribuição/duração de jornada/propositivo | | |
| encaminhamentos | manifestação - concentração, manifestação - passeata, manifestação - ocupação, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial, resolução - negociação, resolução - acordo judicial | | |
| resultados | justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - não-punição de grevistas, processo - pagamento dos dias parados | | |
| causa | Agentes reivindicam equiparação salarial com os policiais civis, melhores condições de trabalho, reajuste no vale alimentação e intervalos maiores durante a jornada de trabalho. | | |
| encaminhamentos/resultados | Dia 10/08, policiais militares e bombeiros deflagraram greve. No mesmo dia, os grevistas realizaram passeata e se concentraram no palácio de Karnak em Teresina. Dia 13/08, o TJ decretou a ilegalidade da greve, estipulando multa diária de R\$ 50 mil. A força nacional foi convocada pelo governo para auxiliar na segurança do estado. Dia 17/08, os grevistas ocuparam o prédio da Assembleia Legislativa. O Estado solicitou à justiça a decretação da prisão de nove líderes do movimento. Após audiência de conciliação entre as partes, com mediação do TJ, o acordo foi fechado. Pelo acordo, o Governo concederá aos militares reajuste salarial que varia de 100 a 111% nos próximos quatro anos. A primeira parcela entrará em vigor a partir de fevereiro de 2012. O tíquete alimentação terá reajuste de R\$ 25,00. O acordo prevê ainda que o governo retire o pedido de prisão preventiva dos líderes do movimento. Os demais grevistas serão anistiados e não terão os dias paralisados descontados. | | |
| observações | | | |
| fonte | Meio Norte 10, 14 e 18/08/2011; Piauí (on line: http://www.acessepiaui.com.br 13/08/2011). | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /MA | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 10 | período da greve | 8/11/2011 a 2/12/2011 |
| número de grevistas | 3500 | | |
| horas paradas | 76 | trab. X horas paradas | 215600 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo, isonomia salarial/propositivo, redução de jornada/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo | | |
| encaminhamentos | manifestação - concentração, manifestação - passeata, manifestação - acampamento, manifestação - ocupação, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação, resolução - decisão judicial | | |
| resultados | justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - não-punição de grevistas | | |
| causa | Trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 30% escalonado em dois anos, a redução da jornada de trabalho de 72 para 44 horas semanais, melhorias no PCCS e a equiparação salariais com os policiais civis. | | |
| encaminhamentos/resultados | Dia 08/11, policiais militares e bombeiros paralisam suas atividades pela manhã. Cerca de 50% dos batalhões da Polícia Militar da capital e do interior do estado aderiram. Em Imperatriz, o aeroporto foi fechado. Em São Luís, cerca de 80 viaturas concentraram-se em frente à Assembleia Legislativa com os giroflex e as sirenes ligados. Um carro de som também foi utilizado para chamar atenção dos transeuntes. Por conta da manifestação, a entrada da Assembleia Legislativa ficou obstruída. A paralisação foi suspensa após rodada de negociação entre os líderes do movimento e deputados da comissão de segurança pública da Assembleia Legislativa. Na reunião ficou acordado que as reivindicações dos policiais seriam atendidas até o dia 23/11. Na noite de 23/11, após assembleia que decidiu pela greve por tempo indeterminado, cerca de 1.500 policiais ocuparam o saguão da Assembleia Legislativa e montaram acampamento. Em 24/11, inicia-se a greve por tempo indeterminado. A Força Nacional do Exército foi acionada. O Tribunal de Justiça decretou a ilegalidade da greve, exigindo a volta imediata ao trabalho. O TJ estabeleceu, em caso de descumprimento, multa de R\$ 200 por dia para cada policial e autorizou o desconto dos dias parados. Em 25/11, em reunião entre deputados e o comando grevista, a posição do governo é reiterada: não haverá negociação enquanto a greve não for encerrada. Em 29/11 os policiais civis também entram em greve (ver registro SAG nº 28.248). Em 30/11, realizou-se uma rodada de negociações na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O governo ofereceu 10,1% de reajuste. Os policiais recusaram. Dia 01/12 grevistas encaminharam nova pauta de negociação, reduzindo o percentual de reajuste para 17,9%. O governo descartou. Dia 02/12, após rodada de negociação, o movimento foi encerrado. Os policiais receberam reajuste de 26,27% escalonado em três anos, com aumentos de 10,45% em 2012, 6,9% em 2013 e 7% em 2014. Além do reajuste, os policiais conseguiram anistia geral e irrestrita para todos os grevistas, inclusive para os que estavam com prisão decretada. Receberam também a garantia de que não será descontado de cada militar R\$ 200 por cada dia parado, como decidiu a Justiça ao considerar a greve ilegal. O estabelecimento de carga horária de 40 horas e o fim do Regime Disciplinar do Exército - em vigor na PM do Maranhão desde o golpe militar de 1964 - também foram conquistados. Logo após assembleia que aprovou o acordo, uma comissão de policiais levou o documento para ser assinado pelo governo. Em seguida os PMs saíram em carreata pelas ruas de São Luís. | | |
| observações | | | |
| fonte | O Estado do Maranhão 09, 26 e 01, 02/12/2011;Jornal do commercio 03/12/2011; Meio Norte 25/11/2011; Correio da Bahia 25/11/2011 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /RO | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 10 | período da greve | 3/12/2011 a 12/12/2011 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 80 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/descumprimento de acordo | | |
| encaminhamentos | manifestação - piquete, manifestação - concentração, manifestação - passeata, normatização - ameaça/aplicação de multa, reação - repressão policial, resolução - decisão judicial, resolução - negociação, reação - desconto salarial, reação - interdito proibitório | | |
| resultados | justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas | | |
| causa | Os militares reivindicam 44% de reajuste acordado com o Estado, que propõe 12,6% em três parcelas. | | |
| encaminhamentos/resultados | Dia 03/12, policiais e bombeiros militares iniciaram paralisação por tempo indeterminado. Como a lei proíbe movimento grevista na corporação, as mulheres e familiares dos membros da categoria estiveram à frente do movimento, que começou forte na capital com o bloqueio de quartéis e o esvaziamento de pneus de viaturas e motos da PM. Até às 10 horas, as mulheres e familiares haviam conseguido manter 10 viaturas paradas no 1º Batalhão; 10 no 5º; dois ônibus e oito viaturas com os pneus esvaziados na Companhia de Trânsito; 20 motos com os pneus esvaziados na mesma companhia. A greve atingiu cerca de 30% da corporação lotada na capital, mais parte dos policiais lotados nos municípios de Ariquemes e Buritis. Dia 05/12, a Força Nacional de Segurança liberou 250 policiais para o estado de RO. No mesmo dia, a justiça decretou a ilegalidade da greve e estipulou multa de R\$ 100mil por dia em caso de descumprimento, proibindo ainda atos atentatórios ao patrimônio público, como o esvaziamento de pneus de viaturas e aglomerações nas entradas dos batalhões. Dia 07/12, foi divulgado o corte no ponto dos grevistas e o bloqueio do pagamento do mês. Em 11/12, um dos líderes do movimento foi preso por homens da Força Nacional de Segurança. O representante resistiu ao mandato. A COE então foi chamada e ele acabou preso e algemado por resistência. Dezenas de policiais militares seguiram para a Central de Polícia e em seguida para as imediações do prédio da Corregedoria da PM. Em 12/12, após acordo entre as partes, mediado pelo presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, na OAB, o movimento foi encerrado. Com o acordo firmado, o Governo vai reajustar os salários dos policiais militares em 12,6%, divididos em três parcelas. O primeiro reajuste de 4,2% começa a valer a partir de 1º de janeiro de 2012, em abril o governo vai dar um reajuste geral para os servidores públicos, em agosto o Estado concede mais 4,2% aos PMs e em abril de 2013 mais 4,2%. | | |
| observações | | | |
| fonte | O Estadão 06 e 07/12/2011; Tudo rondonia (on line: http://www.tudorondonia.com 03 e 12/12/2011); G1 (on line: http://g1.globo.com 10/12/2011); Rondonia.com (on line: http://www.rondoniagora.com 11/12/2011). | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /CE | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 7 | período da greve | 29/12/2011 a 4/1/2012 |
| número de grevistas | 13600 | | |
| horas paradas | 56 | trab. X horas paradas | 507200 |
| motivo/caráter | redução de jornada/propositivo, promoção/propositivo, reajuste salarial/propositivo, contratação/propositivo, não-punição de grevistas/manutenção de condições vigentes | | |
| encaminhamentos | manifestação - concentração, manifestação - ocupação, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação, resolução - decisão judicial | | |
| resultados | justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas | | |
| causa | Os policiais e bombeiros exigem escala de 40 horas semanais; mudança no sistema de promoções; reajuste salarial de 80% até o fim de 2015; aumento do efetivo; incorporação ao salário de todos, independentemente do turno, da gratificação de R\$ 859 paga aos policiais do turno da noite e, por fim, anistia aos policiais que participaram dos protestos pela elevação do piso. | | |

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|
| encaminhamentos/resultados | <p>Em 29/12, em assembléia realizada no Ginásio da Parangaba, policiais militares e bombeiros decidem com votação unânime paralisar suas atividades por tempo indeterminado. Alguns policiais usam máscaras para não serem identificados: segundo a Associação de Cabos e Soldados Militares do Ceará (ACSMCE) o governo tem agido com represálias, transferindo policiais para o interior do Estado. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) afirma não haver nenhum movimento anormal dentro da Polícia Militar. Em 30/12 os policiais militares e bombeiros concentram-se na 6ª Companhia do 5º Batalhão, no bairro Antônio Bezerra: são cerca de 80 viaturas paradas e com os pneus vazios. O quartel foi ocupado e os policiais passam a noite em colchonetes nos corredores e pátios do local. Outras 30 viaturas estão espalhadas e paradas pelos bairros de Fortaleza. De acordo com o presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares do Ceará (Aspramece) cerca de 3000 homens estão parados em todo o Estado. Uma reunião de negociação entre representantes dos policiais e do governo termina sem resultado. Em 31/12 o governador do Estado decreta situação de emergência. Por conta disso, 159 carros da secretaria de Saúde, que seriam enviados aos municípios do interior, serão utilizados em Fortaleza durante a festa de réveillon. O governador também pediu reforço ao Ministério da Justiça e membros da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e exército farão a segurança da capital. Em 01/01 a ACSMCE declara que a greve mobiliza 80% dos cerca de 17 mil homens da polícia militar e do corpo de bombeiros (cerca de 13.600 agentes). Em 01/01 o Comando Militar do Nordeste, sediado em Recife, desloca para o Ceará um grupamento de 79 militares do 4º Batalhão de Polícia do Exército, reforçado por integrantes do 4º Batalhão de Comunicações. Mesmo com a paralisação, a festa de réveillon em Fortaleza não teve registro de incidente grave. Em 02/01 o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) julga a greve ilegal e determina que os policiais e bombeiros em greve retomem imediatamente às atividades e determina também a reintegração de posse dos bens do Estado, como viaturas e sedes de batalhões – sob pena, em caso de descumprimento, de multa diária de R\$ 500 a ser aplicada a cada militar que deixar de cumprir a decisão, mais a multa diária de R\$ 15.000 a cada associação envolvida no movimento. A situação da capital começa a se agravar: disparando tiros, homens armados invadiram um supermercado no bairro do Montese. Em 03/01 dezenas de motociclistas vão às ruas do centro da cidade para assaltar lojas e supermercados. A maioria dos comerciantes fecha as portas dos estabelecimentos. Escolas públicas liberam os alunos e repartições cancelam o expediente. Os bancos funcionam com a segurança reforçada – fechando mais cedo em alguns casos – e o correio suspende a entrega de correspondência em alguns bairros. Os agentes de trânsito paralisam as atividades alegando falta de segurança. Os policiais da Força Nacional de Segurança e do Exército conseguem a liberação de 30 viaturas que estavam retidas na 6ª Cia. do 5º Batalhão, no bairro Antônio Bezerra, onde grevistas e familiares permanecem acampados. No fim da tarde, policiais e bombeiros rejeitam a proposta do governo de 23% de reajuste salarial mais a incorporação ao salário da gratificação de R\$ 435 para os policiais do turno do dia (policiais que trabalham a noite receberiam um complemento em forma de gratificação). Os policiais civis deflagram, durante a noite, a greve da categoria (ver registro SAG nº 28.223). Na madrugada de 04/01 a greve dos policiais militares e bombeiros é encerrada. O governo concorda em incorporar aos salários dos policiais ativos e inativos uma gratificação de R\$ 920,18, elevando o piso da categoria para R\$ 2.634. A jornada de trabalho dos policiais foi fixada em 40 horas semanais e também será implantado um auxílio-alimentação de R\$10,00. O governo aceitou também anistiar os policiais envolvidos na greve. A ação de reintegração de posse do quartel, que estabelecia multa para cada policial e para as entidades envolvidas, também deverá ser retirada da Justiça pelo Estado. O governo, porém, não aceitou definir percentuais de reajustes para os próximos anos e a discussão fica para abril.</p> | | |
| observações | | | |
| fonte | Folha de São Paulo: 01/01; O Estado de São Paulo: 02/01; Diário do Povo: 04/01; O Globo: 04/01, 05/01; Jornal do Commercio: 03/01, 05/01; A Tarde: 02/01, 04/01; Folha de Pernambuco: 02/01; Jornal Extra: 03/01, 04/01, 05/01; Jornal Metro: 04/01; Metro News: 04/01, 05/01; Jornal de Brasília: 04/01; Correio Braziliense: 04/01; O Popular: 04/01; Destak: 05/01; Diário de São Paulo: 05/01. | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /PA | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | comando de greve | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 19/1/2012 a 19/1/2012 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | periculosidade/propositivo, creche/propositivo, habitação/propositivo, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, cálculo/pagamento de salários/propositivo, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo, gratificações/descumprimento de lei | | |
| encaminhamentos | manifestação - ocupação, manifestação - concentração, manifestação - piquete, resolução - negociação, resolução - formação de comissão | | |
| resultados | pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações, processo - não-punição de grevistas | | |
| causa | Policiais querem 100% de reajuste no soldo para reposição desde 1995, pagamento de adicional de interiorização, aumento do adicional de periculosidade de 50 para 100%, aumento de 100% do auxílio moradia e creche, coletes a prova de bala, melhorias no alojamento e o fardamento no contracheque. O governo ofereceu reajuste salarial de 14,13% somente aos praças, deixando de fora 50% de reajuste na gratificação de risco de vida. | | |
| encaminhamentos/resultados | Dia 19/01, policiais militares e bombeiros iniciaram paralisação espontaneamente. O movimento começou logo depois da assembleia, realizada em frente à Associação dos Policiais Militares da Reserva. Na base da Polícia Militar do Tucunduba, pelo menos seis veículos de ronda interativa estavam parados. Policiais estavam atendendo apenas casos emergenciais. No quartel do COE (Comando de Operações Especiais), que engloba tropa de choque, cavalaria e canil, nenhum veículo foi liberado. Os policiais colocaram cavaletes fechando a entrada do quartel. Policiais também paralisaram o 6º Batalhão de Ananindeua, a 25ª Zpol de Benevides e o 21º Batalhão de Marituba. Nas áreas onde houve paralisação, policiais civis junto com as Tropas de Missões especiais da PM reforçaram a segurança. Outras unidades também interromperam o expediente. O governo se comprometeu a publicar no dia seguinte, decreto instituindo uma comissão de negociação salarial permanente. Os grevistas ocuparam os quartéis | | |

| | |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | e ZPols. Essa disposição foi manifestada pelo comando de greve a fim da mobilização não configurar abandono de posto e não haver expulsão de trabalhadores. No mesmo dia, em assembleia, militares aceitaram a proposta do governo e encerraram o movimento. As partes negociaram durante grande parte do dia. O reajuste salarial será de 18 a 26% no soldo, jornada de 40 horas semanais, adicional de interiorização, aumento de 50 para 70% do seguro de vida, e a incorporação do auxílio fardamento ao salário. Sobre os oficiais, de imediato eles terão direito aos 70% de seguro de vida e o governo enviará para a Assembleia Legislativa projeto de lei para recomposição do soldo deles. Os pontos pendentes serão encaminhados posteriormente. A comissão de negociação iniciará os trabalhos no próximo mês. Comandante da Polícia Militar informou que não haverá retaliação nem perseguição aos grevistas. |
| observações | Saúde Prevenção Saúde Local |
| fonte | Diário do Pará 19 e 20/01/2012. |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /BA | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 133 | período da greve | 31/1/2012 a 11/6/2012 |
| número de grevistas | 10000 | | |
| horas paradas | 1064 | trab. X horas paradas | 10640000 |
| motivo/caráter | gratificação por função especial/descumprimento de lei, reajuste salarial/descumprimento de lei, periculosidade/propositivo, insalubridade/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, outros - salários indiretos e auxílios/propositivo, normas da empresa/propositivo, perseguição/descumprimento de lei | | |
| encaminhamentos | manifestação - ocupação, normatização - ameaça/aplicação de multa, reação - repressão policial, resolução - decisão judicial, resolução - negociação | | |
| resultados | justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas | | |
| causa | Os policiais reivindicam o pagamento de auxílio acidente, periculosidade e insalubridade, cumprimento da lei da anistia e a criação do código de ética, além da criação de uma comissão para discutir um plano de carreira para a categoria. | | |
| encaminhamentos/resultados | <p>Em 31/01 policiais e bombeiros de uma das nove associações que representam a categoria – a Associação de Policiais e Bombeiros (ASPR) – deflagram a greve e ocupam a sede da Assembléia Legislativa, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Os policiais afirmam que permanecerão no local até que sejam recebidos pelo governador ou por alguém que o represente. O Comando Geral da Polícia Militar afirma não reconhecer o movimento grevista. Em 02/02, a paralisação é considerada ilegal pela justiça. O juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública de Salvador concede liminar ao Estado, determinando que os policiais voltem imediatamente ao trabalho, sob pena, em caso de desobediência, de aplicação de multa diária de R\$ 80.000 à ASPRA. Apesar da decisão judicial, o movimento tem crescido e já reduziu sensivelmente o policiamento nas ruas de Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista. O governador pede reforço da Força Nacional de Segurança e do Exército. Encapuzados e armados, policiais em greve abordam ônibus do transporte municipal e atravessam os veículos nas avenidas de acesso ao CAB – onde cerca de 300 policiais permanecem acampados. Centros de compras, restaurantes e postos de combustíveis em Salvador fecham as portas no início da noite, duas universidades suspendem as aulas noturnas. Em 03/02 o Comando Geral da Polícia Militar confirma que 10.000 policiais aderiram à greve – o que representa aproximadamente um terço do efetivo da corporação. O Ministério da Defesa informa que 1.250 homens da Força Nacional já foram enviados à capital e outros 1.350 estão a caminho. Em 04/02 o governador declara acreditar na participação de policiais militares grevistas em alguns dos homicídios e arrombamentos ocorridos nos últimos dias. Também reafirma que os policiais que tiverem cometido atos de vandalismo ou violência não serão anistiados. O comando do movimento grevista reduz a pauta de reivindicações para dois itens: pagamento da gratificação por atividade de polícia e anistia aos grevistas. O ministro da Justiça, que desembarcou em Salvador, informa que o Departamento Penitenciário Nacional já reservou vagas em dois presídios de segurança máxima para receber os líderes do movimento que já tiverem mandatos de prisão expedidos pela Justiça. Em 06/02, homens do Exército cercam a área da CAB – o objetivo da operação é garantir o funcionamento das atividades administrativas e facilitar o cumprimento pela Polícia Federal de 11 mandatos de prisão emitidos contra lideranças do movimento. Há confronto entre exército e grevistas – bombas de gás lacrimogêneo e tiros são disparados. À noite, após determinação judicial, crianças e mulheres deixam o prédio da Assembléia Legislativa. Sitiados e armados, os grevistas afirmam estar dispostos a resistir à desocupação. Luz e fornecimento de água foram cortados. O Exército promete não fazer a desocupação do edifício à força. Em 07/06, após 16 horas de negociação na casa do arcebispo de Salvador, associações de policiais e governo da Bahia permanecem em impasse. O governo aceita pagar a Gratificação de Atividade Policial (GAP) de nível 4, mas apenas em novembro – os policiais reivindicam o acréscimo já em março – e a GAP de nível 5 seria incorporada apenas em 2014 – os policiais querem a inclusão em 2013. O governo também descarta a policiais envolvidos em crimes – os policiais, por sua vez, exigem a anistia geral para os policiais, desde que não tenham sido flagrados cometendo crimes. Dois mandados já foram cumpridos pela Polícia Federal. Em 08/06 policiais permanecem acampados na assembléia. Em recado enviado ao governador, aceitam suspender a greve se a anistia a todos os envolvidos no movimento for garantida e os mandados de prisão expedidos contra 12 lideranças forem anulados. Em 09/06 os grevistas desocupam a Assembléia. Dois líderes do movimento que tiveram a prisão decretada se entregam, são presos e levados de helicóptero para uma unidade da Polícia do Exército em Salvador. Em 11/06 os líderes do movimento reúnem-se com o Comando Geral da PM. A proposta do governo de conceder aos policiais o reajuste de 6,5% – o mesmo das outras categoria do funcionalismo – e incorporar as gratificações de forma escalonada até 2015 está mantida. A anistia é concedida apenas a policiais não envolvidos em irregularidades. Em assembléia, realizada depois da reunião, a greve é encerrada.</p> | | |
| observações | Saúde Local | | |

fonte

Diário do Pará: 01/02, Jornal Amazônia: 01/02, Folha de São Paulo: 03/02, 07/02 (on-line: www1.folha.uol.com.br): 11/02, Estado de São Paulo: 03/02, 04/02, 07/02, 08/02, Agora São Paulo: 03/02, Jornal do Comércio: 03/02, Jornal de Brasília: 03/02, Diário de São Paulo: 04/02, Jornal da Tarde: 04/02, 07/02, Cruzeiro do Sul: 05/02, 06/02; O Globo: 05/02, Diário do Povo: 07/02, Diário do Grande ABC: 08/02, Diário do Comércio: 08/02, O Dia: 09/02, Jornal Metro: 09/02, Correio 24 Horas (on-line: www.correio24horas.com.br): 31/01, Correio Braziliense (on-line: www.correiobraziliense.com.br): 09/02.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /AL | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | advertência |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 11/12/2013 a 11/12/2013 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto | | |
| encaminhamentos | sem informação - sem informação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Protesto por melhores condições de trabalho. Em 09/12, no município de Porto de Pedras, um policial militar foi retirado do Grupamento Militar e morto por assaltantes que haviam acabado de assaltar uma agência bancária. Os policiais reivindicam que os policiais lotados em atendimentos burocrático voltem a trabalhar nas ruas e afirmam que apenas trabalharão em locais com dois ou mais agentes em serviço. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 11/12, as equipes do Batalhão da Radiopatrulha e do Batalhão de Policiamento Escolar paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. | | |
| observações | | | |
| fonte | Portal G1 (on line: g1.globo.com): 11/12 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /MA | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | advertência |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 26/2/2014 a 26/2/2014 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo | | |
| encaminhamentos | manifestação - concentração | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Reivindicam reajuste salarial. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 26/02, policiais militares e bombeiros paralisam suas atividades por 24 horas. | | |
| observações | | | |
| fonte | imirante.com: 26/02 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|--------------------------------|--|--|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /MA | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |

| | | | |
|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 10 | período da greve | 26/3/2014 a 4/4/2014 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 80 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo, outros - jornada de trabalho/propositivo | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação | | |
| resultados | processo - pagamento dos dias parados, pauta - reivindicações parcialmente atendidas | | |
| causa | Reivindicam reajuste salarial de 12% e carga horária de 40 horas semanais. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 26/03, policiais militares e bombeiros paralisam suas atividades. Em 04/04, depois de negociações, a greve é encerrada. Dentre os pontos acordados na negociação estão a anistia aos integrantes do movimento, com o abono de faltas; o estabelecimento de uma carga horária de 40 horas semanais de trabalho e a constituição de uma mesa partidária para discutir os assuntos e requisições da categoria militar. | | |
| observações | | | |
| fonte | imirante.com: 04/04 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /PA | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 6 | período da greve | 3/4/2014 a 8/4/2014 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 48 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo | | |
| encaminhamentos | manifestação - concentração, manifestação - passeata, reação - ameaça de demissão, resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações, processo - não-punição de grevistas | | |
| causa | Reivindicam extensão do reajuste salarial de 11% concedido a oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Pará pelo Projeto de Lei 34/2014 e auxílio-fardamento. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 03/04, soldados, cabos e sargentos da Polícia Militar (PM) do Pará paralisam suas atividades, concentram-se no 6º Batalhão da PM do Pará em em Ananindeua e interditam por algumas horas a BR-316. Em 04/04, o 6º Batalhão inicia aquartelamento e policiais e batalhões em outros municípios do estado aderem ao movimento no dia seguinte. Em 08/04, encerram o movimento após aceitarem a proposta apresentada pelo governo com a reavaliação do vale-alimentação, a concessão de auxílio-fardamento e a formação de uma comissão de estudo sobre a lei de remuneração. | | |
| observações | | | |
| fonte | g1.globo.com: 03/04 e 06/04; acsmce.com.br: 08/04; noticias.r7.com: 09/04; Diário do Pará: 11/04 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /BA | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 3 | período da greve | 15/4/2014 a 17/4/2014 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 24 | trab. X horas paradas | 0 |

| | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| motivo/caráter | PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, normas da empresa/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo, gratificações/propositivo, alimentação/propositivo, não-punição de grevistas/manutenção de condições vigentes |
| encaminhamentos | manifestação - concentração, manifestação - acampamento, resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação |
| resultados | justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações |
| causa | Reivindicam a implantação de um plano de carreira, a reformulação do Código de Ética e a revisão das remunerações (aumento da gratificação da Condição Especial de Trabalho - CET - e isonomia entre as polícias militares e civil). Também reivindicam auxílio alimentação para R\$ 500 e anistia a todos os participantes deste e do movimento de 2012. |
| encaminhamentos/resultados | Em 15/04, a greve é deflagrada. Durante a noite uma série de saques e arrombamentos ocorrem em Salvador. Na manhã de 16/04, o Tribunal de Justiça declara a ilegalidade da greve e exige que os policiais retornem imediatamente à seus postos de trabalho - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 50 mil à representação da categoria. Tropas do Exército reforçam a segurança. Em 17/04, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, concede liminar determinando a imediata suspensão da greve da Polícia Militar na Bahia, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1,4 milhão - o tribunal determina o bloqueio de bens representantes das associações envolvidas no movimento e de seus dirigentes. A greve é encerrada. A categoria conseguiu um aumento de 25% no soldo (remuneração específica dos policiais) para o administrativo da PM; de 45%, para o operacional; e de 60%, para motoristas. Também foi aprovada a extinção do código de ética e uma nova discussão sobre o plano de carreira. |
| observações | |
| fonte | g1.globo.com: 17/04 |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | Balneário Camboriú/SC | | |
| empresa | Empregador não identificado | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | empresa/unidade | tática | sem informação |
| comando | sem informação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 19/4/2014 a 19/4/2014 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | atraso de salário/descumprimento de lei | | |
| encaminhamentos | sem informação - sem informação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Reivindicam o pagamento do salário referente à segunda quinzena de março. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 19/04, os bombeiros guarda-vidas paralisam suas atividades. A Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) faz o repasse da verba aos bombeiros que, por sua vez, pagam a categoria. | | |
| observações | | | |
| fonte | g1.globo.com: 07/05 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /RN | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 22/4/2014 a 22/4/2014 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - abertura/prosseguimento das negociações, pauta - reivindicações parcialmente atendidas | | |

| | | | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|
| causa | Reivindicam encaminhamento de projeto de lei estadual para promoção de praças, reajuste salarial de 56,7% e convocação de 824 aprovados em concurso público. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 22/04, policiais militares e bombeiros do Rio Grande do Norte paralisam suas atividades. Neste mesmo dia, encerram a paralisação após compromisso do governo no envio à Assembleia Legislativa de projeto de lei sobre promoção de praças e continuidade das negociações sobre outras reivindicações. | | |
| observações | | | |
| fonte | A Tarde: 23/04 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /AM | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 28/4/2014 a 28/4/2014 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | promoção/propositivo, horas extras/propositivo, turno/escala de revezamento/propositivo, alimentação/propositivo, habitação/propositivo | | |
| encaminhamentos | manifestação - concentração, resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - abertura/prosseguimento das negociações, processo - não-punição de grevistas | | |
| causa | Reivindicam aprimoramento dos critérios de promoção. Outras demandas são a implantação do Código de Ética da corporação, a regulamentação da Gratificação por Trabalho Extra (GTE), a mudança na escala de serviços e a implantação de Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação. | | |
| encaminhamentos/resultados | Na madrugada de 28/04, os policiais militares deflagram a greve. Durante a manhã, depois de reunião com o governador, a greve é encerrada. As partes acordaram um prazo de 90 dias para o debate e implantação das mudanças. Não haverá punições. | | |
| observações | | | |
| fonte | acritica.uol.com.br: 28/04 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | Balneário Camboriú/SC | | |
| empresa | Empregador não identificado | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | empresa/unidade | tática | tempo indeterminado |
| comando | sem informação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 7/5/2014 a 7/5/2014 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | atraso de salário/descumprimento de lei | | |
| encaminhamentos | sem informação - sem informação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Protestam contra o atraso no pagamento dos salários. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 07/05, os bombeiros guarda-vidas de Balneário Camboriú paralisam suas atividades. A Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) faz o repasse da verba aos bombeiros que, por sua vez, pagam a categoria. | | |
| observações | | | |
| fonte | g1.globo.com: 07/05 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|-------------------------------|--|--|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /PE | | |

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | outros | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 3 | período da greve | 13/5/2014 a 15/5/2014 |
| número de grevistas | 22000 | | |
| horas paradas | 24 | trab. X horas paradas | 528000 |
| motivo/caráter | turno/escala de revezamento/propositivo, periculosidade/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, alimentação/propositivo, gratificação por função especial/propositivo, normas da empresa/manutenção de condições vigentes, invalidez/seguro de vida/propositivo, gratificações/propositivo, reajuste salarial/propositivo, qualificação profissional/propositivo, outros - segurança e medicina do trabalho/propositivo | | |
| encaminhamentos | manifestação - concentração, resolução - negociação, resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa | | |
| resultados | justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações | | |
| causa | Reivindicam a revisão nas escalas de serviços, no valor da gratificação de risco de vida e no Plano de Cargos e Carreiras; aumento do vale-alimentação; gratificação para motoristas; humanização do código disciplinar; auxílio de invalidez; gratificação para quem possui cursos superiores e qualquer pós-graduação; investimento em especialização profissional e bolsas de estudo, além da implantação do subsídio mais 40% de reajuste. | | |
| encaminhamentos/resultados | Na noite de 13/05, policiais e bombeiros decidem paralisar suas atividades. Em 14/05, saques, depredações e outros crimes são registrados em cidades do Grande Recife e no interior do estado. O comércio está de portas fechadas em várias localidades e as aulas estão suspensas em universidades e escolas públicas e particulares. Em Paulista, lojas no centro comercial da cidade são arrombadas. A Prefeitura e a Câmara de Toritama, no Agreste do estado, é depredada. Tropas do Exército e da Força Nacional realizam a patrulha nas ruas. Após reunião com líderes do governo do estado e representantes da Assembleia Legislativa de Pernambuco, a comissão independente de PMs que organiza a greve decide manter a mobilização. Por outro lado, o Tribunal de Justiça declara a ilegalidade da greve e exige que os policiais retornem imediatamente a suas atividades - sob pena, em caso de descumprimento da decisão, de aplicação de multa diária de R\$ 100 mil à representação sindical da categoria. Na noite de 15/05, a greve é encerrada. Segundo os líderes do movimento, três itens foram acordado com o governo: a reestruturação do Hospital da PM, implantação da gratificação por risco de vida no salário-base e a aprovação, até julho, na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), de promoções para os praças. As outras reivindicações voltam a ser discutidas em janeiro de 2015 | | |
| observações | | | |
| fonte | g1.globo.com: 15/05 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /AM | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 3 | período da greve | 14/10/2015 a 16/10/2015 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 24 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo, habitação/propositivo, alimentação/propositivo, uniforme/manutenção de condições vigentes, promoção/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes | | |
| encaminhamentos | manifestação - acampamento, manifestação - concentração, resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - reivindicações rejeitadas, processo - punição de grevistas | | |
| causa | Reivindicam reposição salarial da inflação, pagamento de auxílio moradia, auxílio alimentação e auxílio fardamento - além da realização de promoções. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 14/10, a greve é deflagrada. Em 16/10, depois de uma reunião com representantes da Administração Estadual, a greve é encerrada. Não houve avanços. Cerca de 130 policiais militares deverão responder a Inquérito Policial Militar, com risco de serem expulsos da corporação. | | |
| observações | | | |
| fonte | amazonasatual.com.br: 16/10 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | |
|------------------------|-------------------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais |
|------------------------|-------------------------------|

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| localização geográfica | /MS | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | advertência |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 24/5/2016 a 24/5/2016 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de higiene/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes | | |
| encaminhamentos | manifestação - concentração | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Reivindicam reajuste salarial que reponha perdas inflacionárias, melhores condições de trabalho, materiais de escritório, melhores condições de higiene e manutenção adequada de coletes balísticos e viaturas. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 24/05, policiais militares e bombeiros do Mato Grosso do Sul paralisam suas atividades e concentram-se em ato na Praça Ary Coelho. | | |
| observações | | | |
| fonte | diariodigital.com.br: 24/05; g1.globo.com: 24/05 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /AM | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | advertência |
| comando | sindicato | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 2 | período da greve | 6/1/2017 a 9/1/2017 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 16 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | promoção/propositivo, alimentação/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/descumprimento de acordo, data-base/descumprimento de lei | | |
| encaminhamentos | sem informação - sem informação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Reivindicam o pagamento da terceira parcela do reajuste salarial, conforme acordo realizado em 2014. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 06/01, os policiais civis paralisam suas atividades no 1º Distrito Integrado de Polícia (DIP). Em 09/01, as atividades no 6º DIP são interrompidas. | | |
| observações | | | |
| fonte | g1.globo.com: 09/01 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|------------------------------------|------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | Soledade/RS | | |
| empresa | Empregador não identificado | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | empresa/unidade | tática | advertência |
| comando | sem informação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 31/1/2017 a 31/1/2017 |
| número de grevistas | 0 | | |

| | | | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------------|---|
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | horas extras/descumprimento de lei | | |
| encaminhamentos | sem informação - sem informação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Reivindicam o repasse das verbas para o pagamento das horas extras. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 31/01, o Corpo de Bombeiros de Soledade paralisa suas atividades. | | |
| observações | | | |
| fonte | jeacontece.com.br: 31/01 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /MT | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | advertência |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 1/9/2017 a 1/9/2017 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo | | |
| encaminhamentos | sem informação - sem informação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Reivindicam reajuste salarial. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 01/09, os policiais militares e bombeiros paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Eles apresentam-se ao trabalho, mas não saem para a rua. | | |
| observações | | | |
| fonte | www.campograndenews.com.br: 01/09 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /AM | | |
| empresa | Empregador não identificado | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | advertência |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 2 | período da greve | 14/3/2018 a 15/3/2018 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 16 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | promoção/propositivo, reajuste salarial/propositivo | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - reivindicações atendidas | | |
| causa | Reivindicam reajuste salarial e que as promoções previstas por lei sejam mantidas. | | |
| encaminhamentos/resultados | No dia 14/03 PMs de todo o estado paralisam suas atividades, promovendo faltas coletivos. Governador cede às reivindicações dos trabalhadores e greve é encerrada no dia seguinte. | | |
| observações | | | |
| fonte | https://amnews.com.br/ 15/03 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|-------------------------------|--|--|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /RN | | |

| | | | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 1 | período da greve | 17/6/2019 a 17/6/2019 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 8 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reajuste salarial/propositivo, promoção/propositivo, atraso de salário/propositivo, atraso de 13%/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação | | |
| resultados | pauta - reivindicações parcialmente atendidas | | |
| causa | Reivindicam reajuste salarial, pagamento de salários em atraso (dezembro de 2018 e 13º) e recomposição do efetivo. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 17/06, policiais militares e bombeiros paralisam suas atividades. No fim da tarde, após reunião de negociação, a greve é encerrada. Entre os acordos definidos na reunião está o comprometimento do Executivo para a elaboração de um projeto de lei que visa reduzir as diferenças salariais entre profissionais das polícias Civil e Militar. Outro acordo é para implantação por parte do governo de promoções e níveis dos policiais e bombeiros que estão atrasados. O governo do Rio Grande do Norte garantiu aos policiais e bombeiros que os recursos extras, que serão recebidos até o fim do ano, serão destinados ao pagamento dos salários em atraso. | | |
| observações | | | |
| fonte | g1.globo.com: 17/06 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /BA | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | associação | data-base | não informado |
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 3 | período da greve | 8/10/2019 a 10/10/2019 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 24 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | reconhecimento do sindicato/manutenção de condições vigentes, assistência médica/propositivo, reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo | | |
| encaminhamentos | resolução - negociação | | |
| resultados | sem informação - sem informação | | |
| causa | Reivindicam plano de carreira, reajuste de gratificações e melhorias no Planserv, plano de saúde oferecido aos servidores estaduais. Também reivindicam o reconhecimento da Aspra (Associação dos Policiais e Bombeiros e de seus Familiares do Estado da Bahia) como entidade que representa os policiais. | | |
| encaminhamentos/resultados | Em 08/10, os policiais militares paralisam suas atividades. Já na primeira noite foram registrados arrombamentos a estabelecimentos comerciais em alguns bairros da periferia de Salvador, além de tiros contra vidraças de bancos e ônibus. Em 10/10, uma reunião entre representantes das partes, mediada pela Assembleia Legislativa, termina sem acordo. | | |
| observações | | | |
| fonte | https://www.correio24horas.com.br: 10/10 | | |

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | |
|------------------------|------------------------------------|-----------|---------------------|
| categoria profissional | Policiais Militares Estaduais | | |
| localização geográfica | /CE | | |
| empresa | | | |
| trabalhadores | | | |
| setor econômico | FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL | | |
| atividade econômica | Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| greve geral | não | situação | não informado |
| abrangência | categoria | tática | tempo indeterminado |
| comando | sem informação | data-base | não informado |

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| alvo/esfera | poder executivo/estadual | | |
| duração | 13 | período da greve | 18/2/2020 a 1/3/2020 |
| número de grevistas | 0 | | |
| horas paradas | 104 | trab. X horas paradas | 0 |
| motivo/caráter | segurança pública/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo | | |
| encaminhamentos | reação - punição de grevistas, resolução - negociação, reação - suspensão de grevistas | | |
| resultados | processo - punição de grevistas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações, processo - suspensão de grevistas | | |
| causa | Reivindicam reajuste salarial, com um aumento que leve o salário médio da categoria, de R\$ 3.250, para cerca de R\$ 4.700; com consequente reflexo na tabela dos salários. | | |
| encaminhamentos/resultados | <p>Em 18/02, contrariando a decisão da Justiça que determina a proibição de movimentos e protestos por reivindicação salarial de militares, três soldados são presos enquanto esvaziavam pneus de viaturas policiais. Ao longo do dia ao menos quatro batalhões da Polícia Militar foram invadidos e tiveram os veículos retirados do local ou deixados com os pneus vazios. Nessa noite, o governo ordenou que equipes deixem o Complexo de Delegacias Especializadas (Code) para reforçar a segurança ostensiva e preventiva. Na manhã de 19/02, cinco batalhões amanheceram fechados em cidades do interior. Em Sobral, comerciantes baixam as portas depois de receberem ordens de policiais para fecharem os estabelecimentos. Em 20/02, os policiais militares recusam a proposta de reajuste salarial feita pelo governo - além da anistia aos policiais que não foram pegos praticando ações ilícitas. Em 21/02, tropas do exército começam a atuar no policiamento do Ceará. Em 22/02, o governo anuncia o afastamento de 168 policiais militares por participação no movimento; no dia seguinte, 37 policiais são presos por deserção, pois faltaram à chamada para fazer a segurança do Carnaval. Da meia noite de 19/02 até 23h59 de 24/02, foram registrados 170 homicídios. Em 01/03, depois de dias de difíceis negociações, os policiais decidem pelo retorno às atividades normais. Eles aceitaram proposta apresentada por uma comissão formada por representantes dos três Poderes do Ceará, mesmo com a recusa do governo estadual de acatar a principal reivindicação do grupo, a anistia geral. Todos os casos de policiais investigados serão tratados separadamente e com a supervisão de uma comissão externa formada por representantes de OAB, Defensoria Pública e Ministérios Públicos Estadual e Federal. Os policiais suspensos têm que entregar armas e distintivos, além de ficarem de fora da folha salarial pelo período. Essa suspensão permanece até que cada caso seja avaliado. Ficou acertado, entretanto, que nenhum PM será transferido durante seis meses após a assinatura do acordo. Os amotinados da Capital temiam uma transferência em massa para o interior do Estado. Os policiais presos assim permanecerão e responderão pelos atos, o que pode resultar até em expulsão da corporação. O valor do aumento salarial oferecido pelo Estado foi mantido, mas o governo aceitou rediscutir como será distribuído entre as patentes o total que pretende gastar, que é de R\$ 495 milhões. A oferta prevê reajuste para um soldado de R\$ 3.475 ara R\$ 4.500, parcelado em três vezes (pagamentos em março de 2020, março de 2021 e março de 2022). O projeto de lei já está em tramitação na Assembleia do Ceará.</p> | | |
| observações | | | |
| fonte | gauchazh.clicrbs.com.br: 02/03 | | |